

# Coiab discute o Decreto 1.775/96

A assembleia conta com a participação de 56 organizações indígenas, que defendem a demarcação de suas áreas na Amazônia

Fotos: Luiz Vasconcelos

A abertura da 5ª Assembleia Geral da Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira (Coiab) ontem, no Centro Mariápolis Maria de Cristo (Km 25 da AM-010) promete acirradas discussões em torno do decreto 1.775, que instituiu o direito do contraditório sobre as terras indígenas. A indiferença revelada pelo coordenador Sebastião Manchinery quanto a defesa feita pelo bispo do Alto Solimões, dom Alcimar Magalhães ao decreto, era visivelmente contrastada por um bilhete sem assinatura no mural que afirmava que o "bispo não queria saber de índios no fórum dos Patrões", referindo ao Solifórum, encontro realizado em Tabatinga, no período de 11 a 13 de abril, no Alto Solimões.

Sebastião Manchinery considerou as declarações do bispo Dom Alcimar Magalhães como isoladas. "Não vou tornar referência a declaração de um bispo", disse. Para ele, o mais importante é o que pensam os próprios índios das diversas comunidades representadas na Coiab. "Eles (os índios) já negaram o decreto 1.775. O decreto que queremos é para fazer avançar o que existe na Constituição e não o retrocesso. O decreto 1.775 permite o questionamento judicial das terras indígenas por qualquer pessoa interessada.

Além da discussão sobre o decreto, a coordenação do evento espera aprovar a Declaração da Amazônia, uma carta de princípios, através da qual possa ser "amarrado" o compromisso dos

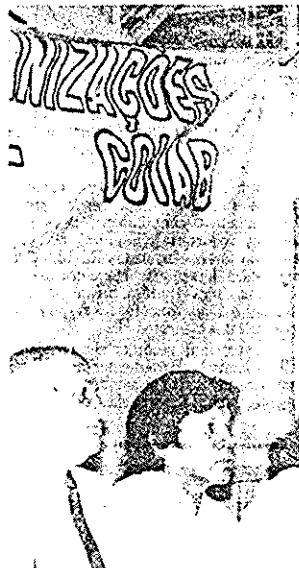
órgãos governamentais e não-governamentais (Ongs) com a demarcação das terras indígenas na Amazônia brasileira.

Cerca de 38 comunidades estavam presentes na abertura da assembleia. Sateré-Mawé, Manchinery, Apurinã, Mura, Marubo Matis, Kanamari, Mayruna, Mundurucu, Dessana, Baniwa, Baré, Piratucuia, dentre outras etnias decidem ainda, até o dia 11, a indicação dos candidatos indígenas nestas eleições municipais; devem alterar o atual estatuto da Coiab através de emendas específicas e votam, no último dia da assembleia, no Instituto de Ciências Humanas e Letras (ICHL) da Universidade do Amazonas a nova coordenação para o triênio 96/99.

Na assembleia, 56 organizações indígenas representavam 152 etnias do universo de 197 mil índios amazônicos.

Partidos na mesa - Além de representantes da Fundação Nacional do Índio (Funai), Conselho Missionário Indigenista (Cimi) e União das Nações Indígenas (UNI), os partidos políticos PT e PC do B estiveram presentes como convidados na abertura do evento.

O vereador Aloysio Nogueira (PT/AM) destacou a importância da unidade do movimento indígena para ampliar as conquistas adquiridas. O comunista Eron Bezerra (PC do B) situou os massacres contra os trabalhadores sem-terra e a morte de indígenas em defesa da terra como parte da aplicação da política neoliberal no País.



Manchinery, da Coiab



A abertura do encontro reuniu lideranças indígenas e parlamentares

## Divisão prejudica movimento

O coordenador da Coiab, Sebastião Alves Manchinery, admitiu ontem que um dos problemas que o movimento indigenista enfrenta para unificar a luta é a divisão entre evangélicos e católicos. "As interferências atrapalham a luta porque em algumas áreas colocam povos indígenas contra povos indígenas", disse, ao informar que este fenômeno é possível ser encontrado com os Tikunas, no Alto Solimões, e os Sateré-Mawé, em Parintins, no Baixo Amazonas.

Com a expansão de várias igrejas evangélicas, atingindo locais on-

de antigamente eram predominância das prelaças católicas, vive-se hoje uma disputa real da fé junto às comunidades indígenas na Amazônia. "A forma de adorar pode ser diferente, mas existe um só Deus", diz Sebastião, ao explicar que há condições de uma caminhada unificada entre os vários grupos que se auto-denominam evangélicos e os representantes da secular Igreja católica, apostólica e romana.

Segundo Sebastião, a Coiab tem conhecimento da disputa ainda entre os representantes das igrejas em Lábrea e Autazes. (WR)